

Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa Histórica: Reflexões sobre uma Experiência Didática¹.

Professor Adjunto da UNIRIO/ Pesquisador CNPq.
Prof. Dr. Pedro Spinola Pereira Caldas.
E-mail: pedro.caldas@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em discutir a relevância da metodologia na história. Por meio do conceito da concepção de Jörn Rüsen de unidade metodológica (como demonstrado em seu trabalho *Reconstrução do Passado*), é possível elaborar todo um curso de metodologia. Com o fito de provar tanto a legitimidade teórica quanto o uso prático da metodologia, este artigo dá o exemplo da hermenêutica – não só como elaboração de dados, mas também como caminho para a descoberta das profundas implicações do pesquisadores com o próprio processo de conhecimento.

Palavras-Chave: Metodologia – Jörn Rüsen – Hermenêutica.

ABSTRACT

This paper's purpose is to discuss the relevance of methodology in history. Through Jörn Rüsen's conception of methodological unity (as it is shown in his work *Rekonstruktion der Vergangenheit*) one may elaborate an entire course of methodology. In order to prove both the theoretical legitimacy and practical usefulness of methodology, this paper gives the example of hermeneutics not only as a data elaboration, but also as a path of discovery of the researcher's deep implications in the process of knowledge itself.

Keywords: Methodology – Jörn Rüsen - Hermeneutics

Difícilmente um estudante decide estudar história para se dedicar à reflexão teórica. Por ter ministrado por cinco vezes cursos para “calouros”, me permito afirmar que o fascínio pela história costuma ser o fascínio pelo particular:

¹ No dia 12 de maio de 2010, participei, no campus de Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), juntamente com Fernando Nicolazzi (UFOP) e Temístocles Cezar (UFRGS), de uma mesa redonda dedicada ao ensino de teoria da história e da história da historiografia. O presente texto é resultado de minha fala naquela noite. Aproveito para agradecer novamente às professoras Rebeca Gontijo e Maria da Glória de Oliveira (ambas da Rural) pelo convite feito. A palestra, por sua vez, foi baseada na (gratificante) experiência em sala de aula durante o segundo semestre de 2009, quando ministrei, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a disciplina “Metodologia da História”.

Egito antigo, a mitologia clássica, o Brasil contemporâneo, a Idade Média, a Segunda Guerra Mundial etc. O jovem dado a abstrações invariavelmente está, naquele exato instante, matriculado em uma graduação de filosofia. E o gosto pelo particular, acompanhado pela indiferença em relação à teoria, costuma acompanhar o estudante pela sua vida profissional, mesmo quando ele se torna um respeitado docente e laureado pesquisador.

Daí ser previsível o estranhamento de disciplinas como “teoria da história”, “introdução aos estudos históricos” ou coisa semelhante. O estranhamento cotidiano, dado na sala de aula, por exemplo, é um fato incontornável, e que todos gostariam de mitigar. Afinal, um professor gosta de ser compreendido e um aluno gosta para aprender. E ambos têm uma notável e humana resistência ao inconclusivo, ao misterioso, ao que permanece incompreendido mesmo após um esforço moderado de leitura e audição.

Porém, sou da opinião de que o estranhamento da teoria da história, a meu ver, deve ser mantido – em doses moderadas – mas jamais encoberto. Se bem canalizado, o estranhamento adquire um enorme potencial crítico e reflexivo. Mas como?

Pelas peripécias da vida e da carreira, me vi levado (felizmente) a estudar um pouco de outra teoria, além da história: a teoria do teatro. E, além de sentir, fora do âmbito de minha formação profissional, como uma teoria é capaz de aumentar o prazer (no caso, de assistir a uma boa peça de teatro), de fornecer instrumentos capazes de elaborar, alargar e refinar uma experiência estética. E uma teoria do teatro, em específico, me serviu de inspiração para pensar a própria teoria da história. Refiro-me às teorias sobre o teatro engajado, pensadas primordialmente por Bertolt Brecht, mais precisamente o seu conceito de efeito de estranhamento (*Verfremdungseffekt*).

O efeito de estranhamento pode ser exemplificado da seguinte maneira: habitualmente, as peças são encenadas em “palcos italianos”, isto é, em palcos em que palco e platéia estão divididos por uma parede imaginária (a “quarta parede”), e os espectadores só vêem a ação. Há, porém, a possibilidade de se encenar uma peça no teatro de arena, no qual a ação transcorre no centro, rodeada pelo público. Neste caso,

ao ver uma peça, vemos também os outros espectadores, localizados na nossa frente. Enquanto vemos a ação, vemos o ato de ver. E é isto a teoria. Qualquer teoria.

Sem sair do teatro engajado, recordo-me também que, certa vez, li uma bela dissertação¹, na qual havia a pergunta: por que, nos dias de hoje, marcados pelo individualismo e pela comunicação audiovisual de massa, alguém iria ao teatro? (cf. DESGRANGES, 2003:21-22, 24) Ou seja: por que ir ao teatro? Como fazer teatro? Para quem fazer teatro? Transponho sem receio algum o mesmo feixe de perguntas: por que estudar e ensinar história? Como fazer história? A quem se dirigir, quando escrevemos e ensinamos história?

Junto os fios: a teoria, portanto, é a área na qual estas perguntas aparecem. Ela chama a atenção para forma como o sentido histórico é considerado (pessoalmente) necessário, (metodologicamente) viável e (socialmente) comunicável. E é por esta razão que a teoria da história é, necessariamente, uma área estranha, desagradável. Ela escapa da rotina, dos debates historiográficos a respeito da pertinência empírica de teses e hipóteses, do cotidiano da sala de aula e dos congressos. É por esta razão que, ao iniciar um curso de caráter teórico, pergunto aos alunos (e o faço com mais ênfase quando se trata de alunos de primeiro período): *o que vocês estão fazendo aqui?* O tom desafiador, arriscado em se tratando de um público que apenas começa a se acostumar com a idéia do fim da adolescência, pretende apenas introduzir uma pergunta: por que precisamos da história?

Um curso, porém, tem aproximadamente 60 horas de aula, donde a provocação precisa ser desenvolvida. E, até onde vão minhas leituras sobre teoria da história, poucos sistemas me parecem tão completos quanto os desenvolvidos por Jörn Rüsen. Sua trilogia, formada por *Razão histórica*, *Reconstrução do passado* e *História viva*, de alguma maneira, apresenta, desenvolve e elabora justamente as três perguntas acima, pois tratam da consciência histórica, da metodologia da história e da narrativa histórica: isto é, da necessidade, viabilidade e comunicabilidade da pesquisa e do conhecimento na área de história. Aqui, evidentemente não terei como abordar

¹ FREITAS, Talitta Tatiane Martins. **Por entre as coxias**: A arte do efêmero perpetuada por mais de "Sete minutos". Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

as três obras. Mal terei como tratar de uma delas. Aproveitarei o espaço, portanto, para partilhar minha experiência como professor de metodologia da história. Logo, trato da segunda pergunta, sobre o *como* fazer história, presente em *Reconstrução do passado*.

Sejamos sinceros: a metodologia é, para os alunos, uma das disciplinas mais enfadonhas da grade curricular da graduação. Para os pesquisadores, algo de que muitas vezes é lembrado somente para redigir um projeto. A metodologia é uma ferramenta, mas a ferramenta não é uma mera extensão do braço. Por que precisamos dela? Assim como não pregamos um prego com os dedos, por sentirmos uma carência na nossa força física para fazê-lo, quais as carências sentidas no ato de conhecer historicamente que exigem, portanto, uma metodologia? Está implícito no próprio título do livro de Rüsen: por que o passado precisa ser reconstruído (e não meramente construído)?

Doravante, farei uma breve apresentação de *Reconstrução do passado*, para, no momento seguinte, demonstrar como um dos métodos abordados por Rüsen – o hermenêutico – pode ser utilizado na prática de pesquisa, com ganhos consideráveis. Não quero, com isso, comprovar a supremacia da hermenêutica, mas, apenas, relatar como o uso de um método (que aplico freqüentemente) é imprescindível para que a segunda pergunta da teoria da história – *como* fazer? – ajude já a desenvolver a primeira – *por que* fazer?

Reconstrução do Passado: a unidade do método histórico

A obra de Jörn Rüsen¹ me serve, ultimamente, como um mapa altamente preciso de questões e problemas. As discordâncias e reparos a serem feitos são possíveis porque, justamente, as coordenadas parecem muito claras e bem determinadas. De alguma maneira, Rüsen estabelece regras de um jogo no qual ele mesmo, em alguns lances, pode ser impreciso, sem que, com isso, as regras sejam

¹ O historiador sueco Martin Wiklund tem um excelente estudo introdutório da obra de Rüsen. Cf. WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. In: **História da Historiografia**, n.1, 2008. www.ichs.ufop.br/rhh

desfeitas. *Reconstrução do passado*, por ser um texto abstrato (um desafio a mais para professores e alunos) e conciso, acaba sendo mais útil do que obras de grandes dimensões, que acabam confundindo metodologia e história da historiografia. Se, de fato, uma obra é construída com método, por outro, a história da historiografia, o aspecto formal e comunicável da pesquisa histórica, responde a outras perguntas.

Deixarei de lado, neste espaço, as considerações de Rüsen sobre as operações processuais da pesquisa histórica (heurística, crítica e interpretação) por não ter nada a acrescentar ao assunto.

Interesso-me, na verdade, pelas operações substanciais: analítica, hermenêutica e dialética. E é neste sentido que meu argumento seguirá, sem, em momento algum deixar de lembrar como a construção feita por Rüsen é ideal-típica

A função terapêutica atende a uma necessidade humana: a de reconstruir sua identidade no tempo. Esta identidade se desfaz mediante três formas de experiência temporal: a do *tempo humano*, do *tempo natural* e do *tempo histórico*. Segundo Rüsen, “o tempo humano é experimentado sempre que as mudanças do homem e do seu mundo podem ser tornadas inteligíveis por meio de intenções” (RÜSEN, 2007: 155). Podemos entender que o assassinato de John Kennedy, tendo sido ele cometido por Lee Harvey Oswald (na versão da Comissão Warren) ou por alguma outra sinistra conspiração, ocorreu devido a intenções humanas planejadas, desejadas e bem sucedidas na realidade. E é a dúvida sobre as razões da intenção do assassinato de JFK que levam os historiadores a pesquisar historicamente. A necessidade de um método histórico como elaboração de intenções e da experiência do tempo humano dá-se sempre quando enfrentamos situações *imprevisíveis*, isto é, nenhuma condição objetiva poderia prever que tal ou qual coisa poderia acontecer. Já o tempo da natureza “é experimentado sempre que mudanças temporais do homem e de seu mundo dependem de circunstâncias e condições externas ao agir humano, não explicáveis como decorrências de intenções” (idem). É o que ocorre, por exemplo, com a atual crise ambiental. Não era intenção dos industriais de Manchester, no final do século XVIII, tornar insuportáveis os meses de verão nas cidades tropicais, muito menos alegrar os fabricantes e vendedores de aparelhos de ar-condicionado. O

processo ocorreu por outros caminhos além dos intencionais. Não se pode, neste caso, usar o método apropriado para elaboração de intenções geradora de fatos imprevisíveis, pois a experiência é a de se sentir *determinado* pela circunstância histórica, de se sentir impotente, uma marionete nas mãos dos fatores históricos existentes para além de nós. E o tempo se torna histórico quando há a determinação mútua entre condições objetivas e intenções subjetivas. Ou seja: quando percebemos que algumas coisas são *possíveis*, e, dentro de sua possibilidade, retroativamente explicáveis e compreensíveis mediante a coordenação de condições objetivas e intenções subjetivas. Sentimos que, embora sejamos limitados por uns tantos fatores históricos, isto não nos faz inteiramente previsíveis em nossas ações.

Pois bem. Para cada uma destas experiências, um método. Para a experiência do tempo humano, vivido pela consciência da imprevisibilidade do processo histórico, deverá ser aplicado, segundo Rüsén, o método hermenêutico. Para a experiência do tempo natural, patente sempre quando nos sentimos tão determinados e previsíveis quanto os movimentos de rotação e translação da Terra, é cabível o que Rüsén chama de método analítico. Já para a experiência do tempo histórico, no qual intenções subjetivas e condições objetivas se articulam, formando o tempo histórico, deve ser empregado o método dialético. Cada método é uma terapia para uma crise de orientação específica (por exemplo: transtorno perante a imprevisibilidade, apatia perante a imprevisibilidade, espanto perante a possibilidade)¹.

¹ Gostaria de fazer duas observações pontuais acerca da unidade metodológica da história. A primeira diz respeito ao lugar do marxismo dentro da unidade metodológica. Ao utilizar trechos de Marx e Engels para definir e ilustrar o método analítico, acabou por sugerir a redução do marxismo a uma possibilidade metódica. É bem verdade que o marxismo – ou certo tipo de marxismo – busca leis e utiliza procedimentos quantitativos. Um bom exemplo do marxismo “nomológico” e interessado em perceber regularidades e leis de transformação da história se encontra em Caio Prado Jr. Mas há algo mais a tirar do marxismo. Para ficar em um exemplo: o polonês Jerzy Topolski, renomado filósofo da ciência, em um excelente texto sobre metodologia materialista (cf. TOPOLSKI, 1989), demonstrou que o marxismo é, antes, dialético, justamente por articular as intenções dos sujeitos históricos sociais com as condições objetivas de sua vida. Uma análise materialista histórica haverá de considerar as duas formas de entendimento do processo histórico. Penso que a autêntica contenda deveria ser com a pretensão do materialismo histórico em ser uma unidade metodológica, uma “totalidade concreta”, para usar os termos de Georg Lukács (cf. SOCHOR, 1987). A segunda observação diz respeito a um tipo de experiência de tempo não considerado por Rüsén, a saber, a da ruptura, tal como podemos aprender

Aplicação do método hermenêutico

Novamente, afirmo que estou ciente de que Rüsen trata de tipos ideais, mas confesso que gostaria de acrescentar algumas considerações às páginas de *Reconstrução do Passado* dedicadas à hermenêutica, e, assim, mostrar sua aplicabilidade no dia a dia, na prática de pesquisa a ser ensinada mesmo para alunos de iniciação científica – contato, claro, que os mesmos partilhem dos pressupostos de uma concepção hermenêutica.

Para Rüsen, a heurística hermenêutica “(...) traz para o horizonte do interesse de pesquisa as fontes que podem valer como intencionalidade objetivada” (RÜSEN, 2007:140). Por exemplo: programas políticos, manifestos, cartas, diários etc. Já a crítica hermenêutica “retira das fontes fatos que são compreensíveis sobretudo por causa das ações intencionais e de suas complexas conexões sincrônicas e diacrônicas” (RÜSEN, 2007:141). Para ilustrar: se quero me assegurar (e a crítica é a operação que garante credibilidade às informações que nos interessam) se um determinado texto de autoria desconhecida foi escrito por um determinado artista, posso verificar, sincronicamente, o uso do vocabulário em outros textos da mesma época, e, diacronicamente, se tal texto trata de temas insinuados e já em desenvolvimento. Já interpretação hermenêutica “(...) historiciza a compreensão ao interpretar mudanças temporais como transformações das intenções e interpretações

com Nietzsche e ver aplicada em Michel Foucault. Pode ser provado, é claro, que a escrita de inspiração foucauldiana da história pode ser inserida na unidade metodológica, mas aqui é o caso de se esticar a corda. De um lado, Foucault era, além de filósofo, erudito pesquisador de arquivos. E escrevia livros aproveitados ricamente pelos historiadores, como *Vigiar e Punir*, *História da Loucura* etc. Como ver o método por detrás destes livros? Parto da premissa de que há, sim, um método, desde que entendamos método aqui como passo fundamental para elaboração de uma crise de orientação. E qual crise seria esta, senão a diagnosticada por Friedrich Nietzsche na *Segunda consideração intempestiva*? Segundo o filósofo, o excesso de história soterra a possibilidade de ação humana, na medida em que a história antiquaria nos prende excessivamente às “raízes” do passado, a história monumental nos prende a um modelo a ser imitado, e a história crítica simplesmente nos tira toda e qualquer referência ao negar todo o passado. A história, então, é erudição (acúmulo de dados do passado), moralista (se embebe de clássicos para lustrar a própria imagem) e ressentida (nego o próprio processo histórico). Vamos e venhamos: são três maneiras nada edificantes de se vivenciar o passado. O passado, então, segundo Nietzsche, precisa ser plástico, adquirir nova forma no presente. A pergunta a ser formulada: será o método arqueológico (ou genealógico) capaz de elaborar essa crise de orientação?

do agir que causa a mudança” (RÜSEN, 2007:143). Não me parece claro o que Rüsen entende por historicizar, mas creio que seja a interpretação de uma “(...) subjetividade dos processos históricos que caracteriza o sujeito de referência de uma história, e não o sujeito agente de um determinado ato” (idem). Parece-me que Rüsen indica que não se trata de um resgate da biografia, mas, sobretudo, de uma formação, ou até mesmo de uma idéia. Penso que o argumento ficaria ainda mais interessante se Rüsen se baseasse diretamente na teoria compreensiva de Droysen, que considera igualmente a interpretação “do sujeito de um ato” uma etapa parcial da compreensão histórica.

Johann Gustav Droysen foi tema de tese de doutorado de Rüsen. E seu método compreensivo é dos mais úteis e aplicáveis, além de bastante sagaz. Droysen dizia que a interpretação histórica se divide em quatro etapas (cf. DROYSEN, 2009, pp.54-59): (a) pragmática; (b) interpretação das condições; (c) psicológica; (d) interpretação das idéias.

A *interpretação pragmática* remete ao sentido original da palavra grega “pragma”, ou seja, objeto. Trata-se da interpretação dos vestígios, de resíduos históricos que restaram no presente, que resultará no conhecimento de um **sentido empírico**. Por exemplo: ao tentar reconstruir da maneira mais fiel possível uma estátua antiga quebrada, o historiador poderá, evidentemente, na falta de um desenho original ou da peça irreversivelmente ausente, procurar outras estátuas do mesmo escultor, ou ainda outras estátuas de escultores da mesma época no lugar de origem da estátua partida e em outros lugares onde o escultor tenha estado etc. Sua pretensão é a mais objetiva possível, mas o procedimento de comparação já é, em si, um ato subjetivo, porquanto não está dada na fonte (a estátua quebrada) a remissão a outras fontes. Portanto, é necessária a criação de um campo mais abrangente de fontes (podemos chamá-lo de contexto) para que seja elucidado um aspecto altamente objetivo, factual e pontual. Passa-se daí à segunda etapa, qual seja, a *interpretação das condições*, ou seja, dos fatores históricos existentes para que tal aspecto objetivo e factual adquira sentido. Tal interpretação chega a um **sentido lógico**, ou seja, aquela que busca identificar as determinações causais necessárias (mas muitas vezes insuficientes) para o entendimento de uma situação histórica. Droysen os percebe no

tempo e no espaço. Mas a história, por ser feita de ações humanas, não é uma coleção de reações a condições dadas. A ação do homem não é condicionada naturalmente e pode se dar de maneira distinta mesmo em situações semelhantes. Portanto, o historiador não pode entender nomologicamente, como se fosse mero verificador de leis naturais, mas como alguém que precisa compreender o sentido da ação em uma determinada condição necessária ainda que não suficiente. Daí o terceiro nível: *a interpretação psicológica*, a tentativa de reconstruir as intenções dos agentes históricos em dadas circunstâncias que dariam, portanto, um sentido **empático**, baseado nas ações dos homens. Geralmente, considera-se esta a etapa final da interpretação hermenêutica, ou seja, a reconstrução de intenções dos agentes, possibilitada pela empatia intersubjetiva. Afinal, se fosse o caso de meramente se transpor para o passado, tentando entrar na pele do objeto, o intérprete se anula. Droysen percebe tal contradição. E mais: não somente se anula, mas parte do pressuposto de que (a) o objeto tinha perfeita lucidez do que estava fazendo, e não tinha a menor possibilidade de se iludir; (b) o objeto manteve-se o mesmo durante grande parte de sua vida historicamente significativa, de modo que posso tomar uma biografia como base segura, estável e essencial para interpretar. Daí a necessidade da etapa final de interpretação, na qual ela se perfaz: *a interpretação das idéias*, ou seja, o sentido mais profundo que está em curso a partir das ações dos agentes históricos: **o sentido ideal ou espiritual**. O exemplo preferido de Droysen é Alexandre Magno: ao unir ocidente e oriente, de modo algum ele poderia imaginar que estava preparando o terreno para o cristianismo, religião originalmente oriental que se tornou ocidental

E como aplicar na pesquisa as quatro etapas do processo interpretativo? E, sobretudo: *o que se ganha com ele?*

Um primeiro ganho se dá na forma de *organização das leituras*. Banal, mas algo que efetivamente desconcerta alunos e até mesmo pesquisadores experientes. Dou o exemplo de minha própria pesquisa sobre Droysen. Ao tentar compreender o conceito de *Bildung* na teoria da história de Droysen, evidentemente, tive que analisar, em primeiro lugar, a própria *Historik* (1857). Nessa primeira etapa, é necessário fazer uma leitura detalhada do texto, conhecer cada passo, item, argumento. É o momento

do famigerado fichamento. Podem entrar, na primeira fase, as leituras comentadas sobre a *Historik* (e não sobre todo o Droysen, por exemplo).

Na segunda fase, da busca do sentido lógico, me perguntei: quais são as condições sem as quais este texto seria impossível? Claro, há uma bem óbvia: a língua alemã. Mas o caso é outro: ver, a partir de minha pergunta sobre a idéia de *Bildung*, quais autores foram fundamentais para Droysen, ou seja, autores citados por ele ao longo da obra. Três nomes se destacaram: Hegel, Wilhelm von Humboldt e Ésquilo. Pus-me, então, a ler as obras referidas dos três. E, se o tempo permitisse, obras comentadas sobre os autores escolhidos.

Na terceira etapa, a da busca do sentido psicológico, fiz o levantamento das obras escritas por Droysen antes de 1857, bem como se textos de cunho político, que explicassem as lacunas deixadas na leitura direta da *Historik* e na análise de textos influentes. A referência constante a um Ésquilo, por exemplo, me levaram a estudar suas obras sobre helenismo e, sobretudo, reflexões sobre a cultura grega e, claro, sobre a tragédia. Tentei encontrar, também, como sua visão política poderia ter sido influenciada ou influenciado sua concepção de história. Aqui foram obrigatórias as leituras de livros gerais sobre a obra e a vida de Droysen, isto é, textos que não se dedicavam exclusivamente à teoria da história, mas também sobre helenismo etc.

Por fim, o exame da idéia de *Bildung*, tema importante para Droysen, mas que jamais foi tema central e explícito de algum livro ou curso durante toda sua vida. Neste momento, os temas se juntam. Foi importante ver como Hegel e Humboldt o trataram, ou se ele aparecia nas obras de Droysen sobre Grécia antiga. E, claro, as leituras sobre o tema da *Bildung*, mesmo aquelas sem qualquer menção a Droysen, foram fundamentais (Georg Bollenbeck, Franco Moretti, W.H. Bruford, Aleida Assmann, Koselleck, entre outros).

A organização da leitura permite, além de traçar com mais racionalidade o programa de trabalho (sempre em relação ao tempo), torna viável também organizar o debate sobre o assunto, viabilizando a identificação de *níveis de argumentação*. Este seria o segundo ganho. Na medida em que um autor pretende argumentar no nível do sentido empírico, farei o debate entre ele e com ele neste nível. Se um outro pretende

argumentar no sentido ideal ou espiritual, não poderei argumentar contra ele no plano meramente empírico ou mesmo lógico. Veja o caso da imensa literatura sobre o Holocausto (permitam-me sair um pouco de Droysen): não creio que seja muito produtivo comparar as biografias de Hitler escritas por Ian Kershaw e Joachim Fest com a visão filosófica mais ousada de Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém*. As primeiras podem ser comparadas com outro estudo, fortemente baseado na idéia da reconstrução da intencionalidade (como a obra *Ordinary Men*, de Christopher Browning), ao passo que a segunda se mede melhor se lida em paralelo ao famoso *Dialética do Esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer.

Há ainda um terceiro ganho, este, a meu ver, inestimável. O método hermenêutico, como qualquer outro, exige rigor no exame das fontes (a interpretação pragmática), mas durante o exercício do rigor, o pesquisador já se vê na necessidade de interpretar: desde a comparação entre ruínas e artefatos, como no exemplo de Droysen, seja no mais simples fichamento, no qual o leitor precisa escolher, selecionar, posto que nenhum autor dirá qual passagem mais ou menos importante do texto. Portanto, o estudioso já se vê obrigado a discernir, mesmo que no plano mais objetivo possível, o essencial do secundário. Tudo isto até chegar ao nível da interpretação das idéias, impossível sem que se insira um sentido ausente nas fontes, mas capaz de articulá-las de maneira verossímil. E é aí que o pesquisador se vê implicado no processo do conhecimento. Subjetividade não é arbitrariedade ou capricho, mas lenta e laboriosa construção. E só é atingida após as etapas da pesquisa, percorridas de maneira mais ou menos consciente. O resultado, quando atingido (e não é fácil), é a experiência de pensar o próprio pensamento enquanto pensamos o objeto. E aí a metodologia passa a ser algo bem mais importante do que uma disciplina monótona ou um item de projeto a ser eventualmente financiado por uma instituição de fomento. É processo de *re-conhecimento*.

Conclusão

Jamais negaria que adoto a hermenêutica como metodologia, mas, sobretudo em sala de aula, é importante mostrar como cada um dos procedimentos

metodológicos – os de matriz analítica e os de matriz dialética – são ferramentas igualmente úteis. O fundamental é que o aluno perceba qual a mais adequada, em primeiro lugar, ao seu conceito de processo histórico. É isto o mais complicado, pois incentivar o aluno a uma escolha específica é inútil; o fundamental, penso, é fornecer critérios e instrumentos que permitam um embasamento teórico e uma elaboração metodológica coerentes. E, assim como no teatro, o estranhamento não deve tirar o prazer pela cena, isto é, pela empiria, mas, antes, potencializá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DESGRANGES, Flávio. A arte do espectador: contexto de uma formação. In: _____. **A Pedagogia do espectador**. São Paulo: Hucitec, 2003
- DROYSEN, Johann Gustav. **Historik**. Stuttgart; Bad-Canstatt: Fromann-Holzboog, 1977.
- RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do Passado** – Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora da UnB, 2007.
- SOCHOR, Lubomír. Lukács e Korsch: a discussão filosófica dos anos 20. In: HOBBSAWM, Eric (org.) História do marxismo, vol.9. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOPOLSKI, Jerzy. Historical explanation in historical materialism. In: **Poznań Studies in the Philosophy of the Sciences and the Humanities**, 1989, v. 19.